

VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 523/XIII/3.^a

PELA ESCALADA BÉLICA NA SÍRIA

Vítima da ditadura de Bashar Al-Assad e das estratégias militares de potências estrangeiras, o povo sírio vem sendo dizimado e vê o seu país destruído por mais de meia década de guerra brutal.

Os recentes massacres na Síria, desta vez na cidade de Douma - em que homens, mulheres e crianças lutam pelas suas vidas, dos seus familiares, ou eles próprios jazem mortos - alertam para as persistentes atrocidades naquela região.

Todos os que se batem pelo primado da paz e do cumprimento do Direito Internacional e dos direitos humanos são convocados a denunciar com firmeza as estratégias das potências, quaisquer que sejam, que mais não são do que agressões ao povo da Síria. Não é aceitável qualquer normalização da violência e da barbárie.

O passado recente mostra que as políticas armamentistas e de expansão do complexo militar-industrial conduzem à precipitação bélica e ao seu rasto de morte e miséria.

A escalada armamentista das últimas semanas, combinada com a convocação de “gabinetes de guerra” nas chancelarias de grandes potências e inflamada por confrontos verbais entre diversos intervenientes, é a expressão de uma inqualificável irresponsabilidade e pode ser prelúdio de um alargamento do conflito numa escala nova.

A opção por intervenções militares alegadamente punitivas tem precedentes históricos recentes - do Afeganistão ao Iraque e à Líbia - com consequências desastrosas. Esse balanço deveria desencorajar qualquer repetição dessa política no caso sírio e em qualquer outro.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

1. Condena a persistente violação dos direitos humanos na Síria;
2. Condena os anúncios de novas intervenções militares por parte de potências estrangeiras;
3. Apela ao Governo de Portugal que rejeite a via belicista e pugne por uma solução pacífica de negociação política;
4. Apela à resolução pacífica do conflito, no quadro do Direito Internacional, garantindo ao povo sírio a escolha livre e democrática sobre o seu futuro.

Assembleia da República, 12 de abril de 2018

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,